

TEMPO E TRADIÇÃO ORAL: O CASO DA MORTE DA RUFINA NO SUL DO CEARÁ¹

Cícero Joaquim dos Santos²

RESUMO:

O presente artigo problematiza a percepção do tempo a partir da tradição oral da morte da Rufina no Cariri cearense. Segundo a tradição oral, ela teria padecido de grande sofrimento no momento da morte, sendo assassinada e não obtendo os ritos fúnebres entendidos como necessários na passagem da alma para o outro mundo. Nesses termos, temos como ponto central a compreensão das percepções subjetivas do tempo da referida morte.

Palavras-chave: Tempo, Morte, Tradição oral.

RESUMEN:

Este artículo discute la percepción del tiempo de la tradición oral de la muerte de Rufina Cariri Ceará. Según la tradición oral, habría sufrido mucho en el momento de la muerte, de ser asesinadas y no conseguir los ritos funerarios se considera necesario en la transición del alma a otro mundo. Por lo tanto, tenemos como una comprensión fundamental de la percepción subjetiva del tiempo que la muerte.

Palabras clave: tiempo, la muerte, la tradición oral.

Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos

¹ Este artigo é uma adaptação de um fragmento da dissertação de mestrado intitulada *No Entremeio dos Mundos: tessituras da morte da Rufina na tradição oral*, apresentada no programa de Pós-graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Gisafra Nazareno Mota Jucá. E-mail: cjoaquims@yahoo.com.br.

² Professor do Curso de Graduação em História e Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/IDECC). Membro do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC).

padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesma nela.³

Refletir sobre o tempo nas tradições orais corresponde, a saber, lidar com as temporalidades da memória e suas persuasões imaginárias. Na tessitura da experiência narrada, o passado é (re) significado e o tempo marcado e usado socialmente, atendendo as necessidades do presente. Logo, como demonstra Portelli, para compreendê-lo devemos perceber as significações das diferentes temporalidades e suas relações entre os processos históricos. É necessário, além disso, entender como as pessoas significam, dividem e usam o tempo.⁴

Partindo desse pressuposto, pretendemos compreender as percepções subjetivas sobre o tempo a partir da tradição oral, tomando como núcleo de investigação a morte da Rufina no sul do Ceará. Esta despertou múltiplas sensibilidades entre os sujeitos que passaram a rememorar-la e desvelar sua memória e, assim, cultuá-la. Transmitido por meio da tradição oral, o evento continuou presente no mundo encantado dos devotos da cruz erguida no espaço do seu padecimento. Sobre a Santa Cruz da Rufina, como passou a ser chamado o monumento que evidencia o padecimento, foram construídas narrativas diversas permeadas de mistérios, temores e sentimentalidades devotivas. Localizado na zona rural do município de Porteiras o monumento fúnebre se tornou, ao longo do século XX, um objeto de devoção popular.⁵

Tomando essas considerações, percebemos, conforme as interpretações processadas nas narrativas orais, que Rufina teria sido assassinada possivelmente entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. No Cariri cearense daquele contexto, especialmente no município de Porteiras, poucos sujeitos detinham acesso ao domínio da leitura e escrita. Identificamos assim uma sociedade onde o processo de aprendizagem da

³ KHUORY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 131.

⁴ PORTELLI, Alessandro. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. Tradução Helen Hughes e Yara An Khoury. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 296-313.

⁵ A criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. Sua emancipação política ocorreu em 1889, desmembrada do antigo município de Santo Antônio do Jardim. Ver na *Ata de Instalação da Câmara da Vila de Porteiras*. Acervo Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Ver também em PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1963, p. 145, 165 e 237. Porteiras fica localizada acerca de 425 km de Fortaleza (em linha reta). Porteiras possui fronteiras com os municípios de Jardim, Missão Velha, Brejo Santo e Jati. Sua população estimada no ano de 2007 consta de 14.792 habitantes. Ver em INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil básico municipal de Porteiras**. Fortaleza, 2008, p. 5-6. Sobre o culto religioso ver em SANTOS, Cícero Joaquim dos. Cruz da Rufina: o processo de santificação popular de Rufina e a revelação de um espaço sagrado em Porteiras - CE. In: **Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 14, 2006, p. 14-21.

escrita era restrito a poucos sujeitos, em especial aos que detinham poder político, religioso ou econômico na região. A localidade estudada pode ser considerada, na época, uma sociedade possuidora de cultura escrita, entretanto, essa não era a forma principal de transmissão de conhecimentos. Cabia, então, a tradição oral tecer os discursos de muitas vozes.

Isso influenciou na formação de sua sociedade, inclusive na concepção e ordenação das temporalidades. Tomando-o como uma instituição social, sabemos que em sociedades tradicionais nas quais os sujeitos não detiveram acesso a escrita comumente o tempo era medido tomando como referência certos acontecimentos do cotidiano, além dos atos ocorridos que quebravam a continuidade das ações rotineiras. Nessa contextura, Portelli elucida que, para os narradores o tempo é um *continuum*. Assim sendo, inserir um acontecimento no tempo requer sua fragmentação, tornando-o diferente, correspondendo a diversas áreas de sentido e experiência.⁶

Nas narrativas orais, podemos perceber que os devotos da Cruz da Rufina passaram a identificar o momento no qual teria ocorrido o evento trágico como um tempo diferenciado, servindo como um elemento de posicionamento temporal. Vale lembrar as considerações de Ecléa Bosi: “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”.⁷

De acordo com Portelli, a organização das narrativas pode revelar as intencionalidades do narrador e estas contribuem para determinar os fatos e eventos considerados significativos, a serem imersos no tempo. Desse modo, a maneira de narrar é relevante para a periodização estabelecida. Portanto, vincular um evento a uma temporalidade, ou seja, datá-lo, não corresponde simplesmente a sua inserção numa seqüência cronológica e linear, mas estabelecer a qual seqüência é pertencente.⁸

Em julho de 2007, Maria de Elói, nascida em 28 de março de 1937, assim narrou: “Num é do meu tempo não. Eu só vejo dizer assim que ela [Rufina] morreu, foi matada. E todo mundo sabe. Os mais velhos que conhecia ela, mas esses mais novos não conheciam não. Num foi do meu tempo não”.⁹

Na tradição oral, o tempo da morte da Rufina identifica gerações. Como são visíveis no relato acima, as demarcações temporais na memória são relacionadas às experiências vividas pelos sujeitos narradores, por presenciarem um acontecimento ou mesmo por

⁶ PORTELLI, op. cit. p. 306.

⁷ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 418.

⁸ PORTELLI, op. cit. p. 307.

⁹ Narrativa de Maria Francisca da Cruz. 70 anos. Agricultora. Entrevista realizada em jul. de 2007.

reconstruírem, na memória, os momentos de escuta dos antepassados. Nessa experiência da escuta o padecimento da Rufina foi inserido.

Tudo isso é bastante revelador do alcance das subjetividades, que ao mesmo compasso das sensibilidades organizam e traduzem os fatos na sua própria categoria temporal, fundando assim múltiplos tempos na tradição oral. Desse modo, a articulação da memória social na construção e divisão das temporalidades revela como as sensibilidades dos narradores apreendem e paralelamente elucidam suas sentimentalidades e identidades sociais, na medida em que também são incorporados na narração e na categorização temporal.

Nesse sentido, identificamos a construção de três categorias temporais utilizadas pelos devotos narradores. O termo “no meu tempo” representa a afirmação da contemporaneidade dos narradores com o período da suposta morte. Por contrário, o termo “no outro tempo” comumente foi abordado pelos devotos que não o vivenciaram. Por fim, a expressão “hoje em dia” foi narrada demonstrando a pertinência da articulação entre o passado e o presente. Nesse momento, propomo-nos a analisar os dois primeiros termos citados, visto que a tradição oral é sempre articulada a partir do tempo presente, em uma projeção para o passado. Abordaremos suas referências na medida em que for pertinente, levando em consideração a organização das narrativas.

Começamos a compreender as narrativas das devotas que afirmaram terem vivenciado o referido contexto. Na narrativa de Maria Constância do Espírito Santo, nascida em 01 de janeiro de 1900, conhecida como Mãe Velha, sua mãe, Constância Maria da Conceição, teria conhecido Rufina. “Eu alcancei, eu era menina ainda. (...) Eu era menina nesse tempo. Mãe contava essa história. Ainda viu ela, ainda”.¹⁰

Nesse momento, ela fez menção a um suposto contexto em que o evento ocorreu, identificado como o período de sua infância. Assim, Rufina teria falecido entre os anos finais do século XIX e o início do século XX. Embora afirme ter vivenciado o período, não narrou lembranças suas sobre a vítima. Suas memórias foram elaboradas através dos momentos de conversa com sua mãe, ou seja, através da oralidade. Na continuidade de sua narrativa, Mãe Velha, com sua voz grave, marcada ora por momentos de recordações que ligeiramente expressou ora silenciosa, com longas pausas no momento da fala, demonstrou de forma clara a mudança de geração entre os contemporâneos do momento da morte e dos novos devotos, acentuando as diferenças temporais:

¹⁰ Narrativa de Maria Constância do Espírito Santo. 104 anos. Agricultora. Entrevista realizada em set. de 2004.

Eu num me lembro dessa muié não, mãe era quem contava. Os mais véi, que de hoje num tem mais nenhum vivo, no tempo que mataro essa muié esse povo mais véi tava tudo vivo. Quando mataro essa muié, eu sei que eu era pequena. Quando mataro essa muié eu ainda era moça. Só quem sabe contar dessa muié só é eu porque eu num vejo outro contar.¹¹

Na narrativa de Mãe Velha podemos perceber claramente a diferenciação entre o “tempo do hoje” e o “tempo dos mais velhos”, temporalidades vivenciadas pela narradora. O contexto temporal do hoje é apresentado como um momento no qual seus contemporâneos já faleceram, restando apenas ela como remanescente desse passado. Na narrativa, ela associa as temporalidades da infância e da juventude quando aborda o tempo em que ainda era moça.

Isso nos fez repensar a divisão social do tempo. Imersa na temporalidade do “eu era menina”, emanou também seu desenvolvimento juvenil. Identificamos na divisão elaborada semelhanças com as reflexões de Ecléa Bosi quando discute as lembranças de velhos. Ambas demonstram uma infância longa e a uma clara aporia para transpor esse período a juventude. A concepção de “ser moça”, presente na narrativa, representou durante o decorrer dos séculos XIX e XX, no Sertão nordestino, a noção de virtudes, como a inocência. Tais postulados referem-se ao momento em que as jovens não detinham relacionamentos amorosos, ou seja, representa a adolescência e juventude, ou melhor, o período anterior ao casamento. Mãe Velha casou-se aos dezenove anos, por volta do ano 1918.¹²

Na mesma narrativa outra questão chama nossa atenção. A narradora afirma que só ela sabe contar a “história da Rufina”, uma vez que não ouve ninguém mais narrá-la. Tal concepção contrasta com as variadas narrativas presentes na tradição oral do lugar. Podemos assim problematizá-la: quais os sentidos desta afirmação? Por que a narradora acredita que apenas ela possui o saber dessa história?

Talvez possamos compreendê-la considerando sua longa existência de vida, ou seja, por se afirmar remanescente do contexto da suposta morte em estudo. Nesse sentido, ela teria o poder da fala. Lembremos as considerações de Portelli ao refletir sobre a relação entre a temporalidade e o poder da narrativa. De acordo com seus escritos, o narrador não reconstrói o passado tal qual aconteceu, mas o representa, elabora uma imagem. Da mesma forma,

¹¹ Narrativa de Maria Constância do Espírito Santo. 104 anos. Agricultora. Entrevista realizada em set. de 2004.

¹² No tocante à divisão social do tempo pelos narradores ver em BOSI, op. cit, p. 415. No que diz respeito ao período do casamento de Mãe Velha ver em E.E.F. ADALBERTO LEITE TAVARES. **Personalidades da história de Porteiras**. Porteiras: S/E, 2005, p. 59.

constrói uma representação de si mesmo. O ato de contar uma história identifica o narrador com uma temporalidade e de igual modo preserva-o do esquecimento, projetando-o no legado narrado. Portanto, narrar uma história corresponde a tomar as armas contra a ameaça do tempo, resisti-lo ou controlá-lo.¹³ Por isso, a narrativa que Mãe Velha construiu sobre o tempo da Rufina refere-se ao momento em que, por vivenciá-lo quando criança, melhor sabe contar.

Da mesma forma, as memórias de Maria Sabino de Araújo, conhecida por Sinharinha, nascida no ano de 1920, também localizam no período de sua infância o momento no qual Rufina teria sido assassinada, por volta dos anos finais da década 20. Sinharinha procurou demarcar temporalmente o momento em que o evento teria acontecido. Nessas circunstâncias fez uma analogia com sua experiência vivida. Assim, demonstrou sua contemporaneidade com o período. Ora cita que Rufina morreu quando ela tinha dez anos, ora afirma que tinha oito:

Da cruz da Rufina? Da morte dela? Eu era muito criança quando mataro ela. Mas meu pai contava tudo direitinho. Da finada Rufina, eu era pequena, eu tinha dez anos quando a finada Rufina, quando mataro a finada Rufina. (...). Eu era menina, eu era mais criança do que essa [aponta em direção a uma criança], essa já tem entendimento. Eu tinha oito anos.¹⁴

Tais divergências refletem a incapacidade da memória de definir precisões temporais no sentido construído socialmente a partir da instituição do calendário. Compreendemos que as construções memoráveis são relacionadas ao tempo vivido dos devotos. Portanto, embora afirme ter vivenciado o período, a narradora citou que na época não tinha entendimento da gravidade do ocorrido, ou melhor, não o gravara em sua memória. Recorda porque seu pai lhe contava.

Dessa forma, percebemos as diferenciações entre o tempo da memória, marcado pelas ações do cotidiano, no caso da narradora a partir das recordações dos momentos de escuta, e o tempo cronológico, definindo pelos instrumentos de medição, como o relógio e o calendário. Lembremos que suas percepções são díspares, visto que medir a duração do tempo vivido não corresponde a determinantes rigorosos, pois, como Portelli já afirmou

¹³ PORTELLI, op. cit. p. 296.

¹⁴ Narrativa de Maria Sabino de Araújo. 85 anos. Agricultora. Entrevista realizada em out. de 2005.

anteriormente, sua percepção é concernente às perspectivas subjetivas, principalmente na maneira pela qual a memória apreende e elucida as experiências passadas.¹⁵

Nesse sentido, as distorções temporais apresentadas pela narradora são compreensíveis na medida em que nos remetem ao contexto do momento da fala, ou seja, fazem referência aos momentos de escuta, quando mais jovem ouvia do seu pai, João Sabino da Anunciação, as histórias relacionadas ao momento da morte da Rufina. Assim sendo, representam percepções simbólicas (re)construídas a partir das narrativas de outrem através da tradição oral.

Semelhante a narrativa de Mãe Velha, Sinharinha não fez referência amiúde sobre os aspectos sociais que marcaram a época. Elas procuraram demonstrar o enredo do evento traumático como o elemento da maior pertinência. Talvez em decorrência da trajetória da entrevista, pois não tiveram muitas intervenções no momento da narração. Ou ainda em decorrência do cansaço físico, pois já possuíam idades avançadas, 104 e 85 anos, respectivamente. Ambas falaram pouco tempo perante o gravador.

No entanto, não descartamos outra possibilidade imbricada no ato de narrar: a relação entre os fatos narrados e seus significados. Nessa dimensão, os sentidos estabelecidos na narração entre o pesquisador e o entrevistado vão muito além das entrevistas. Eles se ratificam nas relações sociais vividas e de igual modo se engendram sobre elas. Assim sendo, a peculiaridade da experiência narrada e a consciência social do que é narrado pode denunciar os significados pelos quais os fatos são recobertos e os sentidos assumidos pelos narradores.¹⁶ Isso também reluz suas sensibilidades. Portanto, elucidamos uma outra possibilidade: talvez as narradoras não achassem conveniente compartilhar com um pesquisador, as marcas do seu tempo vivido no passado.

Ressaltamos ainda que embora as devotas da Rufina demonstrem sua contemporaneidade ao momento da morte que marcou a região caririense, as mesmas não presenciaram ou vivenciaram nenhum ato fúnebre no momento em que o suposto evento teria ocorrido. Portanto, ao abordarmos tais questões, não estamos afirmando que a jovem Rufina sofreu nesse período. O aspecto relevante é justamente entender as construções das temporalidades apresentadas enquanto evidências simbólicas, elaboradas a partir de circunstâncias sociais e culturais dos devotos, processos construtores e reveladores de suas sensibilidades.

¹⁵ PORTELLI, op. cit. p. 297-313.

¹⁶ KHOURY, op. cit. p. 122-123.

Nesse sentido, suscitamos a segunda categoria temporal: “o outro tempo”. Esse recorte reflete a projeção para o passado distante, no qual o tempo e o mundo, quando comparados ao momento presente, eram outros. Diferente das remanescentes, os narradores representaram, no momento em que alguns enredos narrativos emergiram, alguns dos elementos que marcaram o passado da Rufina, fazendo emanar o contexto social de sua morte. Acreditamos que tal entendimento foi construído por ser narrado nas relações familiares pelos devotos mais velhos, através da tradição oral. Dessa maneira, mesmo não tendo vivenciado o referido tempo, os devotos elaboraram imagens memoráveis sobre a referida temporalidade. Em variadas narrativas, como no enredo tecido por Maria Agda, conhecida por Dona Dalva, filha de Mãe Velha, esse passado foi identificado como um período ruim e difícil de viver.

Aí isso aí é do outro tempo, já morrero tudo, já se acabou tudo. Só quem contava era mãe, mãe era quem contava. E pai que já morreu velhim. Num foi do meu tempo não, mas mãe contava. E pra traz os tempos era ruim pra pessoa viver. (...) O povo mais pra traz era malvado, porque num tinha era patrão? Num era governo e nem prefeito e nem nada. O que os homens mandavam fazer fazia.¹⁷

As dificuldades de viver apresentadas pela narradora estão relacionadas às experiências sociais reconstruídas na memória das ações de coronéis na região e seu ilimitado poder, dando margem à violência e impunidade. O passado da Rufina e também dos mais velhos foi assim indicado como um período de forte violência. De igual modo, a percepção desse espaço também é encontrada em registros escritos da época, como em jornais de circulação estadual, a exemplo do periódico “Unitário”.¹⁸

Nesse sentido, as memórias analisadas diferem das narrativas que comumente constroem uma nostalgia do passado, elaborações que representam saudades dos tempos antigos, o que demonstrava também uma melancolia no presente, aspectos marcantes em lembranças de velhos. Na ocasião em que a narrativa oral de Dona Dalva era reconstruída, a intervenção de Maria Ilma, de 57 anos, professora, nos chama a atenção. Ao ouvir a sogra, ela interferiu e passou a caracterizar esse momento:

¹⁷ Narrativa de Maria Agda da Conceição. 79 anos. Agricultora. Entrevista realizada em jul. de 2007.

¹⁸ Jornal Unitario (1905-1911), disponível no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Meneses Pimentel, em Fortaleza-CE.

Chama os coronéis. Se você tivesse fazendas bem grandes. Eu estou dizendo assim porque eu já fiz uma pesquisa quando eu era Secretária de Educação de Porteiras. Nós fizemos uma pesquisa sobre as origens. As origens de Porteiras eram os coronéis.¹⁹

Na caracterização desse contexto, a presença de coronéis, jagunços e cangaceiros assume destaque nas narrativas. Os narradores citaram em variados momentos a existência de “capangas” que atendiam aos mandos de seus patrões, coronéis de grande influência nas localidades, usando a força física e armas de fogo para promoverem suas vontades. Sobre essa contextura, também era inserida a existência dos “negos” pertencentes aos referidos senhores, o que nos leva a entender a reminiscência do passado escravista. Assim, reinavam no cenário social as ordens e vontades dos mais poderosos. Rufina teria sido vítima desse contexto. Entretanto, notamos que a identificação de Porteiras enquanto um lugar violento não se limita apenas ao recorte temporal dos anos iniciais do século XX. Durante a segunda metade do século XIX a localidade já era reconhecida como um espaço marcado por crimes, desordens e impunidade, além de ser identificado como um espaço de prostituição e perversidade.²⁰

Um segundo aspecto atrai nossos olhares na narrativa de Maria Ilma. A narradora afirmou que fez alusão ao contexto por já ter realizado uma pesquisa na região quando desempenhava a função de Secretária de Educação do Município de Porteiras, embora não o tenhamos encontrado. Ao enfatizar que sua narrativa foi baseada em uma pesquisa acadêmica, ela tentou demonstrar sua pertinência e firmeza com o que narrava. Assim, sua demonstração de possuir um saber científico é destacada como forma de não deixar dúvidas sobre os elementos do contexto refletido, como também de atrair o direcionamento da entrevista para sua pessoa. Todavia, nos detemos a perceber as construções temporais elaboradas através da tradição oral.

Em outra entrevista, ainda em julho de 2007, realizada embaixo de uma árvore acompanhada de moradores da região e alguns visitantes que na ocasião passavam pelo local, defronte à residência de Dona Dalva, Maria Ilma, narrou um novo elemento que caracterizou o “outro tempo”: os crimes por motivos conjugais. Eis suas palavras: “Foi no tempo perigoso

¹⁹ Narrativa de Maria Ilma Fernandes de Lima. 57 anos. Professora. Entrevista realizada em jul. 2007.

²⁰ No tocante ao cangaceirismo no Cariri, ver em BARROSO, Gustavo. **Terra do sol**. 8ª ed. Fortaleza: ABC, 2006, p.83-108. Sobre o reconhecimento de Porteiras enquanto lugar de perversidade e prostituição ver em PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: S/E, 1950, p.153. No concernente ao passado escravista até fins do século XIX, ver em PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963, p. 436-438.

da morte da Rufina. (...) E nesse tempo as madames não aceitava traição, mandava matar. A violência era grande. Naquele tempo fazia era mandar matar”.²¹

Consoante Miridan Falci, no Sertão nordestino do século XIX havia um elevado nível de conflitos violentos nas relações conjugais, não apenas de caráter físico, como surras e açoites, mas também de desprezo e abandono. Na narrativa construída na tradição oral, esses aspectos também são remetidos à primeira metade do século XX na região do Cariri. Entretanto, nas narrativas orais estudadas a violência física possui maior destaque. A narradora fez referência às mulheres dos coronéis que, naquele tempo, ricas e possuidoras de prestígio social, identificadas como “madames”, não aceitavam as relações sexuais dos seus maridos com outras mulheres, visto que isso era sinônimo de vergonha perante a sociedade. Nesses casos, os assassinatos eram providenciados. Logo, o contexto da morte da Rufina foi apresentado como um momento no qual as próprias mulheres dos coronéis, e não apenas eles, usavam a violência física como um elemento reparador. Os assassinatos por motivos conjugais ou de desonra feminina eram comuns no cenário cearense do século XIX e início do século XX.²²

Compreendemos, portanto, que a construção do “outro tempo” recobre o contexto da morte com expressões reveladoras de um momento não desejado, sofrido e difícil. Essa visão do passado não vivido caracteriza-o como sombrio e permeado pelo obscurantismo da violência física provocada a mando dos coronéis e, também, por suas esposas. Além destes, a atuação de jagunços e cangaceiros assumiam o cenário social. À medida que foi transmitida oralmente ao longo da tradição, das narradoras mais idosas para as gerações posteriores, essa percepção do passado acabou por contribuir para o seu entendimento no momento presente dos devotos.

Entretanto, as narrativas orais não se limitam a demonstrar apenas essas referências, pois estas não se restringem unicamente às duas categorias que foram paulatinamente construídas, visto que pensando assim estaríamos reduzindo uma concepção que é complexa e plural. Elas refletem os múltiplos tempos sociais que, ao serem narrados, são também fundadores de lugares e passados imaginados. Portanto, o próprio passado, e não simplesmente o espaço, foi narrado como um lugar de violência.

²¹ Narrativa de Maria Ilma Fernandes de Lima. 57 anos. Professora. Entrevista realizada em jul. 2007.

²² FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 269. No tocante aos assassinatos por motivos conjugais ou de desonra feminina no interior do Ceará no contexto mencionado, ver em BARROSO, op. cit, p. 84 e 125-126.

Vale ressaltar que as referências de outrora foram elaboradas na tradição oral, tomando como elementos centrais a trajetória da Rufina, ou melhor, as circunstâncias de sua morte. Dessa forma, o tempo do “eu era menina”, dos contemporâneos, e “o outro tempo”, dos seus descendentes e conhecidos, foram articulados e ordenados a partir de um marco temporal: o triste padecimento. Logo, este evento também fundou temporalidades na tradição.

Por seu lado, embora a tradição oral da morte da Rufina esteja associada a um evento trágico, que difere da perspectiva nostálgica comumente presente nos eventos fundadores de tradições e comunidades tradicionais ou ainda de suas experiências sociais remotas, não deixou de ser entendido como um evento fundador. Mesmo marcado pelo sentido trágico, foi iniciador de uma experiência mítica, pois revelou o sagrado. Assim, na mesma medida, o acontecimento narrado tornou-se o suporte da origem social dos milagres: uma fundação religiosa.²³

Portanto, além dos recortes temporais já abordados, percebemos que a partir do evento foi instaurada outra categoria temporal que não era narrada apenas estando longínqua: o tempo sagrado. Ou seja, após a morte da personagem, as percepções do tempo na memória dos devotos abordam experiências vividas que tomaram o simbolismo do sagrado, presente na Cruz que relembra a vítima, como elemento central do tempo vivido. Portanto, sua morte, além de ser entendida como um ponto de demarcação temporal entre as diferentes gerações, fundou tempos e espaços imaginados, instaurando ainda uma temporalidade vivida através da fé, representada nas narrativas através da intercessão da alma da Rufina na vida dos devotos para solucionar os problemas do cotidiano.

Nessa perspectiva, as categorias temporais analisadas não representam uma ruptura no tempo vivido, isto é, as expressões “no meu tempo” e “no outro tempo” não demonstram um impedimento da continuidade de práticas religiosas iniciadas em gerações passadas e fortalecidas pelos devotos. Dessa forma, o próprio evento fundador da tradição, embora esteja distante no tempo, estabelece uma continuidade no presente. Assim, o tempo vivido é representado por um conjunto de práticas de devoção que ora relembra a personagem Rufina, ora evoca as gerações passadas.

Nessa trilha discursiva e refletindo sobre a tradição oral no presente, ressaltamos ainda a complexidade do momento de narrar histórias e também daquilo que é narrado e silenciado. Isso nos fez pensar em outras temporalidades e ainda na possibilidade de que tal evento tenha ocorrido em tempos anteriores dos que foram narrados, pois como percebemos,

²³ SANTOS, op. cit., p. 14-21.

as narrativas orais que organizam e ordenam os fatos no tempo e no espaço incorporam as marcas dos narradores. Nesse caso, a imaginação também obtém relevância.

Por tudo isso, compreendemos a morte da Rufina como um evento fundador. Nessa perspectiva, vemos um processo de constituição que se desencadeou entre muitas vozes. Nesse caso, como já elucidava Alberti, a experiência revela que, embora esteja marcado no passado e sobre ele tenha se processado real ou imagetivamente, o evento fundador, ao ser constituído na narrativa, era também transformado.²⁴

Nessa perspectiva, o evento marcou as gerações, sendo identificado como uma referência de demarcação do tempo, remetendo suas impressões para os fins do século XIX e a primeira metade do século XX. Todavia, como as memórias não fazem referência às marcas temporais do calendário gregoriano, instrumento de ordenação do tempo da sociedade moderna, mas às temporalidades vividas e percebidas na memória, sua (re)elaboração emanou também daquilo que foi imaginado.

Nesse sentido, o tempo da tradição oral se diferencia da temporalidade histórica e do tempo da memória de quem testemunhou os fatos narrados, visto que sua construção está associada ao ato de ouvir contar. Nessa construção, as percepções e as experiências vividas pelos narradores foram incorporadas às narrativas. Logo, os tempos carregam em si as ansiedades e sentimentalidades dos devotos, o que nos revela as sensibilidades dos seus olhares.

Portanto, podemos identificar nas concepções do tempo do padecimento da Rufina a construção de um simbolismo que vai além de sua morte. Identificam-se temporalidades múltiplas nas vozes dos narradores, repletas de significados. Por conseguinte, a construção social do tempo, demarcado a partir do evento narrado, fez emanar em categorias concernentes às gerações as imagens sociais do passado não vivido, porém concebido através do ouvir contar. Entre o “eu era menina” e o “outro tempo”, as narrativas se entrelaçavam na narração e composição da temporalidade sagrada, instaurada após a morte anunciada.

Na sociedade rural na qual a escrita não era o meio mais utilizado para transmissão dos saberes, a oralidade era tecida cotidianamente assumindo funções sociais complexas, afirmando conhecimentos populares e elaborando novas simbologias em um processo dinâmico e flexível de vivência e construção de visão de mundo.

Nessa dimensão, as narrativas são elucidativas da realidade interpretada pelos narradores, em seus processos vividos entre o real do cotidiano e o imaginado estabelecido

²⁴ ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. In: **Revista História Oral**, v.8, n.1, 2005, p. 11-28.

coletivamente. Portanto, estes elaboraram enredos sobre temporalidades que para si são significativos, a partir do seu ponto de vista compartilhado entre diversos ouvintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Tradição oral e usos da memória: o caso do tribunal de Waitanqi, Nova Zelândia. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, n. 14, p. 19-37, 2007.

_____. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. In: **Revista História Oral**, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARROSO, Gustavo. **Terra do sol**. 8ª ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 13ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 13ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da história oral**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 149-164.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Tradução Maria Yedda Linhares. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

E.E.F. ADALBERTO LEITE TAVARES. **Personalidades da história de Porteiras**. Porteiras: S/E, 2005.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 241-277.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil básico municipal de Porteiras**. Fortaleza, 2008.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2003.

NASCIMENTO, Antônio Vicelmo. **Roteiro histórico de Porteiras**. Porteiras: S/E, 1995.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: S/E, 1950.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. Tradução Helen Hughes e Yara Aun Khoury. São Paulo: Olho D’Água, 2004, p. 296-313.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil**. vol II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 96-141.

_____. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIEDL, Titus. **Últimas lembranças**: retratos da morte no Cariri, região do Nordeste brasileiro. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2002.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos**: tessituras da morte da Rufina na tradição oral. Fortaleza: UECE, 2009 (Dissertação de Mestrado em História e Culturas).

_____. Cruz da Rufina: o processo de santificação popular de Rufina e a revelação de um espaço sagrado em Porteiras - CE. In: **Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 14, p.14-21, 2006.

_____. A passagem de Lampião em Porteiras – CE. In: **Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 13, p. 23-28, 2005.

KHUORY, Yara. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 116-138.